



ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO - SÃO PAULO

COORDENADOR PEDAGÓGICO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**CONCURSO PÚBLICO
CPPETS 001/2026**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SALTO - SÃO PAULO

Coordenador Pedagógico

CONCURSO PÚBLICO CPPETS 001/2026

CÓD: SL-050FV-26
7908433291350

Língua Portuguesa

1. Ortografia.....	7
2. Estrutura e Formação das palavras; Criação de palavras; Derivação e Composição; Prefixos; Sufixos; Afixos; Radicais	8
3. Divisão Silábica; Vogais; Semivogais; Fonética e fonologia: Conceitos básicos; Classificação dos fonemas; Relação entre palavras; Fonemas e letras; Encontros vocálicos; Encontros consonantais e dígrafo;Tonicidade das palavras; Sílabas tônicas	12
4. Sinais de Pontuação; Uso do hífen; Uso do travessão	19
5. Acentuação	21
6. Uso da crase.....	22
7. Denotação e Conotação; Eufemismo; Hipérbole; Ironia; Prosopopeia; Catacrese; Paradoxo; Metonímia; Elipse; Pleonismo; Silepse; Antítese; Sinestesia ; Sinônimos, homônimos e antônimos	23
8. Gênero, Número; Substantivo; Adjetivo; Artigo; Numeral; Advérbio; Verbos; Conjugação de verbos; Pronomes; Preposição; Conjunção; Interjeição; Formas verbais seguidas de pronomes; Flexão nominal e verbal; Vozes Verbais; Voz ativa; Voz passiva; Voz reflexiva; Emprego de locuções	27
9. Frases; Sujeito e predicado; Formas nominais; Locuções verbais; Termos ligados ao verbo: Adjunto adverbial, Agente da Passiva, Objeto direto e indireto; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Orações Coordenadas e Subordinadas; Período; Predicação verbal	36
10. Concordância nominal; Concordância verbal; Sintaxe de Concordância	40
11. Regência verbal; Regência nominal; Sintaxe de Regência.....	42
12. Aposto; Vocativo	45
13. Funções e Empregos das palavras “que” e “se”; Uso do “Porquê”	46
14. Sintaxe de Colocação	47
15. Tipos de Discurso; Discurso direto e indireto; Pessoa do discurso; Discurso direto	49
16. Imagens.....	51
17. Relações entre nome e personagem	51
18. História em quadrinhos	51
19. Intensificações	56
20. Relação entre ideias.....	56
21. Comparações; Personificação; Onomatopeias; Aliteração; Assonância; Repetições; Relações; Oposição; Metáfora	56
22. Provérbios.....	60
23. Expressões ao pé da letra	60
24. Palavras e ilustrações	63
25. Associação de ideias	66
26. Vícios de Linguagem	67
27. ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: Tipos de Comunicação: Descrição; Narração; Dissertação;.....	68
28. Coesão Textual	74

Conhecimentos Específicos

Coordenador Pedagógico

1. Política na Educação	85
2. Caminhos para a Educação Brasileira	87
3. Educação Tradicional.....	88

ÍNDICE

4. Educação Moderna	88
5. Educação Pragmática	89
6. Educação Gerencial.....	90
7. Coordenação pedagógica.....	90
8. Fundamentos do Currículo Educacional	92
9. Experiências pedagógicas; Gestão democrática	98
10. Políticas Públicas	99
11. Organização da Escola.....	100
12. Documentos Institucionais Pedagógicos.....	101
13. Dinâmica escolar	101
14. Educação Inclusiva no espaço da escola	102
15. Organização do conhecimento e dos diferentes níveis escolares	105
16. Projeto Político Pedagógico	107
17. Organização em ciclos escolares	108
18. Avaliação e registros	109
19. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento.....	112
20. Didática Geral; Metodologia de Ensino.....	118
21. Psicologia da Educação	121
22. Tendências pedagógicas.....	123
23. Educação contemporânea	124
24. Normas, diretrizes, referenciais e parâmetros curriculares da educação básica	125
25. Estratégias para combater a evasão escolar	127
26. Estratégias para uma escola atrativa	127
27. Gestão participativa na escola	128
28. Planejamento e realização de reunião pedagógica e reunião de pais	137
29. Relações Humanas	139
30. Ética e cidadania no convívio escolar.....	140
31. Funcionamento escolar.....	142
32. Diretrizes Curriculares para a Educação.....	143
33. Tecnologia e gestão educacional.....	144
34. Indicadores de desempenho escolar	146
35. Formação continuada	147
36. Mediação e gestão de conflitos	148
37. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	149
38. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	169
39. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	209

LÍNGUA PORTUGUESA

ORTOGRAFIA

- **Mudanças no alfabeto:** O alfabeto tem 26 letras. Foram reintroduzidas as letras k, w e y.

O alfabeto completo é o seguinte: A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

- **Trema:** Não se usa mais o trema ("¨"), sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos: gue, gui, que, qui.

Regras de acentuação:

Não se usa mais o acento dos ditongos abertos **éi** e **ói** das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba)

Como era	Como fica
alcatéia	alcateia
apóia	apoia
apóio	apoio

- **Atenção:** essa regra só vale para as paroxítonas. As oxítonas continuam com acento:

- **Ex.:** papéis, herói, heróis, troféu, troféus.

- Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo.

Como era	Como fica
baiúca	baiuca
bocaiúva	bocaiuva

- **Atenção:** se a palavra for oxítona e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuiú, tuiuiús, Piauí.

Não se usa mais o acento das palavras terminadas em **êm** e **ão(s)**.

Como era	Como fica
abenção	abenção
crêem	creem

- Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/polo(s) e pêra/pera.

Atenção:

Permanece o acento diferencial em pôde/pode;

Permanece o acento diferencial em pôr/por;

Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos **ter** e **vir**, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.);

É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras **forma/fôrma**.

► Uso de hífen

Regra básica:

- **Sempre se usa o hífen diante de h:** anti-higiênico, super-homem.

Outros casos:

Prefixo terminado em vogal:

- **Sem hífen diante de vogal diferente:** autoescola, antiaéreo.
- **Sem hífen diante de consoante diferente de r e s:** anteprojeto, semicírculo.
- **Sem hífen diante de r e s. Dobram-se essas letras:** antirracismo, antissocial, ultrassom.
- **Com hífen diante de mesma vogal:** *contra-ataque*, *micro-ondas*.

Prefixo terminado em consoante:

- **Com hífen diante de mesma consoante:** inter-regional, sub-bibliotecário.
- **Sem hífen diante de consoante diferente:** intermunicipal, supersônico.
- **Sem hífen diante de vogal:** interestadual, superinteressante.

Observações:

- **Com o prefixo sub, usa-se o hífen também diante de palavra iniciada por r:** sub-região, sub-raça.
- **Palavras iniciadas por h perdem essa letra e juntam-se sem hífen:** subumano, subumanidade.
- **Com os prefixos circum e pan, usa-se o hífen diante de palavra iniciada por m, n e vogal:** circum-navegação, pan-americano.

- **O prefixo co aglutina-se, em geral, com o segundo elemento, mesmo quando este se inicia por o:** coobrigação, coordenar, cooperar, cooperação, cooptar, coocupante.
- **Com o prefixo vice, usa-se sempre o hífen:** vice-rei, vice-almirante.
- Não se deve usar o hífen em certas palavras que perderam a noção de composição, como girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista.
- **Com os prefixos ex, sem, além, aquém, recém, pós, pré, pró, usa-se sempre o hífen:** ex-aluno, sem-terra, além-mar, aquém-mar, recém-casado, pós-graduação, pré-vestibular, pró-europeu.

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS; CRIAÇÃO DE PALAVRAS; DERIVAÇÃO E COMPOSIÇÃO; PREFIXOS; SUFIOS; AFIOS; RADICAIS

O estudo da formação de palavras é fundamental para compreender o funcionamento da Língua Portuguesa e suas nuances. A língua é um sistema dinâmico, em constante evolução, que permite a criação de novas palavras a partir de elementos já existentes. Essa capacidade de gerar vocábulos está intrinsecamente ligada à estrutura e aos processos de formação das palavras, os quais enriquecem o nosso vocabulário e possibilitam a expressão de ideias complexas e variadas.

Antes de explorarmos os diferentes processos de formação de palavras, é crucial entender os elementos estruturais que compõem as palavras: o radical, os afixos e as desinências. O radical é a parte invariável e fundamental da palavra, responsável por seu significado principal. Já os afixos, que se dividem em prefixos e sufixos, são elementos que se unem ao radical, modificando seu sentido e criando novas palavras. As desinências, por sua vez, são responsáveis pela flexão das palavras, indicando variações de gênero, número, tempo, modo, pessoa e voz.

Compreender esses elementos é o ponto de partida para o estudo dos diversos processos de formação de palavras, como a derivação, a composição, a onomatopeia, a abreviação, a siglificação, o hibridismo e a palavra-valise. Ao longo deste material, abordaremos cada um desses processos de forma detalhada, apresentando exemplos práticos e explicações claras para auxiliar no entendimento e na aplicação desses conceitos na interpretação e produção de textos.

ESTRUTURA DAS PALAVRAS

A estrutura das palavras é composta por elementos fundamentais que nos permitem entender como as palavras são formadas, modificadas e utilizadas no contexto da Língua Portuguesa. Para compreender a formação de palavras, é essencial conhecer os principais componentes que constituem a estrutura de uma palavra: o radical, os afixos (prefixos e sufixos) e as desinências.

► **Radical**

O radical é a base de significado da palavra, ou seja, é o elemento que carrega o sentido central e invariável. Todas as palavras que compartilham o mesmo radical têm uma relação de sentido entre si, mesmo quando passam por processos de modificação, como a adição de afixos. O radical é indispensável para a formação de palavras, pois é a partir dele que surgem novas variações e palavras derivadas.

Exemplo:

- O radical da palavra “amargo” é “amarg”. Todas as palavras formadas a partir dele, como “amargor”, “amargura”, “amargurar” e “amargurado”, mantêm a ideia central de “amargura” ou “amargo”.

► **Afixos**

Os afixos são elementos que se unem ao radical para criar novas palavras ou alterar o sentido da palavra original. Eles são classificados em dois tipos principais: prefixos e sufixos.

► **Prefixos**

Os prefixos são morfemas que se colocam antes do radical e têm o papel de modificar o significado da palavra original, resultando em uma nova palavra com um sentido diferente.

Exemplos:

- **“desleal” (des- + leal):** o prefixo “des-” altera o sentido da palavra “leal”, transformando-a em seu oposto.
- **“analfabeto” (an- + alfabeto):** o prefixo “an-” confere à palavra o sentido de ausência ou falta de alfabetização.

► **Sufixos**

Os sufixos são morfemas que se acrescentam ao final do radical, servindo para modificar o significado ou a classe gramatical da palavra original. Eles podem criar substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, etc., a partir de um mesmo radical.

Exemplos:

- **“livraria” (livr- + -aria):** o sufixo “-aria” forma um substantivo que indica o local relacionado a livros.
- **“fortaleza” (fort- + -eza):** o sufixo “-eza” transforma o adjetivo “forte” em um substantivo que significa a qualidade de ser forte.

► **Desinências**

As desinências são elementos que indicam as flexões de gênero, número, tempo, modo, pessoa e voz nas palavras. Ao contrário dos afixos, as desinências não criam novas palavras, mas sim estabelecem variações na forma de uma palavra para adaptá-la a diferentes contextos gramaticais.

Desinências Nominais

As desinências nominais indicam as variações de gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural) nos substantivos e adjetivos.

Exemplos:

- “aluno” (masculino singular), “aluna” (feminino singular)
- “amigos” (masculino plural), “amigas” (feminino plural)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

POLÍTICA NA EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO COMO PROJETO POLÍTICO E SOCIAL

A educação, longe de ser um processo neutro ou meramente técnico, é um projeto essencialmente político e social. Em sociedades democráticas, ela deve cumprir o papel de garantir a formação crítica, emancipatória e cidadã dos indivíduos. Ao mesmo tempo, serve como instrumento de inclusão, transformação e mobilidade social.

► A educação como instrumento de transformação social

Desde os pensadores iluministas até os teóricos da pedagogia crítica contemporânea, a educação é vista como motor de mudança social. Paulo Freire, por exemplo, afirma que “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Essa visão aponta para um entendimento da educação como prática social capaz de formar sujeitos autônomos, críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

A educação, quando orientada para a justiça social, permite que os indivíduos compreendam sua realidade, identifiquem as estruturas de opressão e desenvolvam meios para superá-las. Portanto, ela pode tanto reproduzir desigualdades, quando estruturada de forma excludente, como ser instrumento de superação, quando concebida como direito de todos, com base na equidade e na qualidade.

► O papel do Estado na garantia do direito à educação

O Estado brasileiro, como previsto na Constituição Federal de 1988, tem a obrigação de assegurar educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. O artigo 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, trata-se de uma responsabilidade coletiva, mas com dever principal do poder público.

Além disso, a Constituição impõe ao Estado o dever de garantir:

- **Educação básica obrigatória e gratuita** dos 4 aos 17 anos (artigo 208, I);
- **Atendimento educacional especializado** aos estudantes com deficiência (artigo 208, III);

- **Valorização dos profissionais da educação** (artigo 206, V);
- **Gestão democrática do ensino público** (artigo 206, VI).

A atuação do Estado deve, portanto, ser orientada por princípios de universalização do acesso, permanência e qualidade do ensino. Isso se traduz na formulação de políticas públicas que visem corrigir desigualdades históricas, oferecer infraestrutura adequada, formação de professores e currículo contextualizado com a realidade dos estudantes.

► Políticas públicas educacionais e seus impactos na equidade

As políticas públicas em educação são o reflexo de escolhas políticas feitas por governos e por pressões sociais. Elas determinam como e onde serão investidos os recursos públicos, quais grupos serão prioritários, que conteúdos serão ensinados e que modelo de educação será adotado.

Alguns exemplos de políticas que tiveram impacto significativo na democratização do ensino no Brasil incluem:

- **Plano Nacional de Educação (PNE)** – estabelece metas decenais para o avanço da educação em todos os níveis, sendo um dos instrumentos mais importantes de planejamento de longo prazo.
- **Programas de acesso e permanência** – como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e transporte escolar.
- **Políticas de inclusão** – voltadas à educação indígena, quilombola, do campo, educação de jovens e adultos (EJA), e educação especial.
- **Avaliações em larga escala** – como a Prova Brasil e o SAEB, que buscam monitorar o desempenho das redes públicas e orientar decisões pedagógicas.

Entretanto, tais políticas nem sempre são isentas de disputas. O financiamento da educação, por exemplo, continua sendo uma das principais arenas de embate político, especialmente na definição dos percentuais mínimos a serem aplicados e na implementação do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Compreender a educação como projeto político e social é fundamental para reconhecer que ela não é neutra: é moldada por interesses, disputas e decisões de poder. É nesse cenário que se torna essencial o envolvimento consciente da sociedade civil, dos educadores e dos próprios estudantes na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade.

As escolhas feitas em torno das políticas educacionais impactam diretamente o presente e o futuro de milhões de brasileiros, e é por isso que a luta pela educação precisa ser compreendida como luta por justiça social e democracia.

INFLUÊNCIA DOS GOVERNOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A formulação de políticas educacionais está diretamente atrelada às orientações políticas dos governos que ocupam o poder. Isso significa que, a cada novo ciclo político, há uma reconfiguração das prioridades, metas, estratégias e, muitas vezes, dos próprios fundamentos que orientam a educação nacional. No caso brasileiro, esse fenômeno é evidente tanto no nível federal quanto nos estados e municípios.

► Alternância de poder e mudança de diretrizes educacionais

A cada eleição, os governantes eleitos trazem consigo um projeto político e ideológico. No campo da educação, isso pode significar alterações profundas em áreas como:

- Currículo escolar;
- Formação de professores;
- Gestão educacional;
- Avaliação de desempenho;
- Políticas de inclusão e diversidade;
- Financiamento da educação.

Por exemplo, governos com orientação progressista tendem a enfatizar a educação como um direito social, promovendo políticas voltadas à equidade, valorização docente e inclusão. Já gestões mais conservadoras, em muitos casos, focam na eficiência gerencial, controle de resultados, meritocracia e na defesa de valores morais específicos, que impactam diretamente os conteúdos escolares e as práticas pedagógicas.

Essa oscilação política pode comprometer a continuidade de políticas bem-sucedidas, levando à descontinuidade de programas estruturantes e à instabilidade nas redes de ensino. Um exemplo disso foi a reformulação de programas federais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), que foram esvaziados ou extintos com mudanças de governo.

► Planos nacionais e o papel da legislação educacional

Apesar da influência dos governos, o Brasil dispõe de instrumentos legais que buscam assegurar certa estabilidade e continuidade nas políticas educacionais. O principal deles é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de 2014 a 2024. O PNE define 20 metas e estratégias para o desenvolvimento da educação brasileira, entre elas:

- Universalização do atendimento escolar;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Ampliação do investimento público em educação pública;
- Superação das desigualdades educacionais.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) estabelece os princípios e normas gerais da educação no Brasil. Essa lei é fundamental porque garante diretrizes mínimas que todos os entes federativos devem seguir, independentemente da orientação política dos seus gestores.

Outro mecanismo importante de governança é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentado de forma permanente pela Emenda Constitucional nº 108/2020. Ele assegura recursos contínuos para a educação básica e estabelece critérios de redistribuição para combater desigualdades regionais.

Entretanto, mesmo com essas garantias legais, a forma como esses instrumentos são implementados depende da vontade política do governo em exercício, o que leva à disparidade na execução das metas entre as diferentes gestões e localidades.

► A atuação de ministérios, secretarias e conselhos na política educacional

A política educacional brasileira é formulada e executada por uma rede complexa de órgãos e instituições, com destaque para:

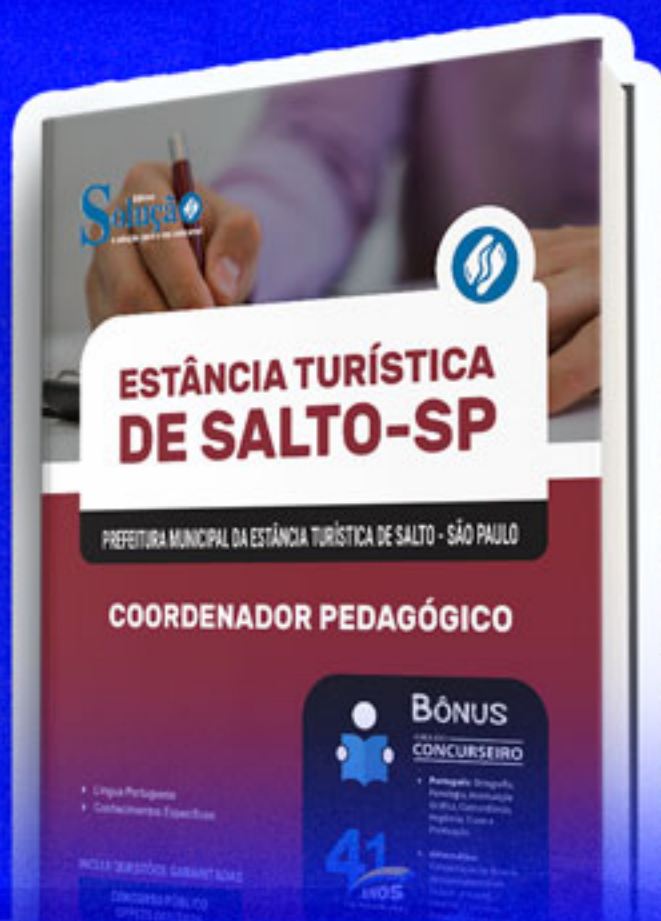
- **Ministério da Educação (MEC)** – responsável pela coordenação geral das políticas federais de educação, avaliação, financiamento e apoio técnico aos estados e municípios.
- **Secretarias estaduais e municipais de educação** – executam as políticas públicas localmente e adaptam as diretrizes nacionais às suas realidades.
- **Conselho Nacional de Educação (CNE)** – órgão normativo e deliberativo, vinculado ao MEC, que estabelece diretrizes curriculares e normas para a educação básica e superior.

A relação entre esses entes é marcada pelo regime de colaboração, previsto no artigo 211 da Constituição Federal. No entanto, esse regime enfrenta obstáculos práticos, como a centralização de decisões no nível federal, a ausência de pactuação efetiva entre os entes e a dificuldade de articulação entre as esferas de governo, o que compromete a eficácia das políticas educacionais.

Em alguns momentos, o CNE tem atuado como um agente importante de estabilidade, mitigando os efeitos de decisões políticas abruptas por meio de pareceres técnicos e diretrizes baseadas em ampla consulta pública. Ainda assim, a nomeação de seus membros pelo poder Executivo pode tornar o órgão suscetível a influências ideológicas.

DISPUTAS IDEOLÓGICAS E SEUS REFLEXOS NO AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente escolar, por sua natureza formativa e socializadora, está no centro de diversos debates que ultrapassam o campo pedagógico e adentram o terreno político e ideológico. Isso porque a escola é, ao mesmo tempo, espaço de transmissão de saberes e de formação de consciências. Por isso, torna-se alvo constante de disputas entre diferentes grupos sociais, políticos e culturais, que veem na educação um instrumento de reprodução ou de transformação da ordem social.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!